

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Atividades

A Battistella Administração e Participações S/A (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”) que figura, nessas Demonstrações Financeiras, como Controladora.

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Administração de Bens Ltda.

A Battistella Administração e Participações S/A, suas controladas e controladas em conjunto, têm como principais atividades preponderantes:

- Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- Prestação de serviços sob a forma de *trading company* atuando com exportação e importação;
- Exploração do ramo de transporte intermodal;
- Participação em outras sociedades.

Em função das atividades da controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A (“Porto”) terem se iniciado em junho de 2011, a mesma, durante a fase inicial de operação incluindo a etapa de reestruturação de sua dívida, ocorrida em maio de 2013, quando necessário, recebeu apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, para incrementar e manter suas atividades operacionais, para realizar investimentos em expansão, e, principalmente, para liquidar as parcelas do financiamento existente. Em 2013 o nível de movimentação portuária atingiu volume suficiente para cobrir suas necessidades de caixa.

b. Reestruturação do endividamento oneroso e prejuízos operacionais

A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações de dívidas.

Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R\$ 30.000 de modo que o valor nominal final das debêntures devido pela Companhia passou a ser de R\$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de

vigência com carência de 01 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a. (vide nota explicativa 15).

Na controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários, em 29 de abril de 2013 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e as instituições bancárias BB – Banco de Investimento S.A. e Banco Votorantim S.A. (Credores), na proporção de 50% para cada credor, no valor total de R\$ 450 mil, com taxa indexada ao DI + spread de 3,60% e prazo de 10 anos, sendo 2 anos de carência apenas para principal. A emissão ocorreu em 13 de maio de 2013 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização do principal terá início apenas em 13 de maio de 2015, pelo sistema SAC em 17 parcelas, com vencimento final em 13 de maio de 2023. O Agente Fiduciário nomeado é BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Os recursos captados através da 1ª Emissão de Debêntures foram utilizados para liquidação antecipada do empréstimo junto ao BVA S.A..

Em 20 de dezembro de 2013, foi alienado o imóvel urbano localizado em São José dos Pinhais/PR, pelo montante de R\$ 22.080 para O.G. Administração de Bens Ltda, sendo a negociação ocorrida da seguinte forma: R\$ 13.000 recebido a vista, e utilizada para quitação total de alienação fiduciária junto a Planner Trustee D.T.V.M. Ltda; 1 parcela de R\$ 1.808 com vencimento para 20 de janeiro de 2014; e o saldo remanescente foi integralmente recebido em 30 de janeiro de 2014. A venda foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme ata da 627ª reunião do Conselho, realizada em 12 de dezembro de 2013. No mesmo período foi firmado contrato de aluguel do imóvel entre O.G. Administração de Bens Ltda. e a Companhia, com fins comerciais, para desenvolvimento das atividades no Contrato Social do locatário, pelo valor mensal de R\$ 240, pelo prazo de 120 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que haja acordo entre as partes.

c. Continuidade operacional

Com o resultado das ações mencionadas nos itens acima, além de outras ações com o mesmo objetivo, realizadas nos últimos anos, a Administração liquidou parte da sua dívida de curto prazo. Com o início das operações do Porto esperam aumentar a geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações, além de outras ações similares. Ainda, conforme divulgado no Fato Relevante de 13 de abril de 2015, uma Carta de Intenções não vinculante (“*non-binding*”) foi firmada com a Scania Latin América Ltda., tendo por objetivo a alienação das filiais da Companhia sediadas em Santa Catarina (ver nota 31).

Com o resultado das ações mencionadas nos itens acima, a Administração planeja liquidar, substancialmente, a dívida de curto prazo e aumentar a geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras padronizadas da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo International Accounting

Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras padronizadas individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 23 de abril de 2015.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real, sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de elaboração das demonstrações financeiras

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é como segue:

Bases de consolidação e investimentos em controladas e controlada em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas a Companhia.

Transações eliminadas na consolidação

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Controladas e Controladas em Conjunto	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Controle	Participação e capital votante detidos - %	
				31.12.2014	31.12.2013
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com.atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	Participações em sociedades	São José dos Pinhais/PR	direto	100,00%	100,00%
Portinvest Participações S.A.	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	60,00%	60,00%
Itapoá Terminais Portuários S/A	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	42,00%	42,00%
Tangará Participações Ltda.	Participações em sociedades	São José dos Pinhais/PR	direto	100,00%	100,00%
Battistella Máquinas Ind.Com. Ltda.	Ind. e comércio de máquinas, veículos e motores em geral	São José dos Pinhais/PR	direto	100,00%	100,00%
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São José dos PinhaisPR	direto	100,00%	100,00%

Com base nos respectivos Acordos de Acionistas, entende-se que existe controle compartilhado, tanto para a Itapoá Terminais Portuários quanto para a Portinvest, sendo os mesmos classificados como “Empreendimento em Conjunto”, conforme pronunciamento no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto. A partir de 1º de janeiro de 2013 os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas de tais empresas não foram consolidadas. Consequentemente, as partes integrantes reconhecem seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e contabilizam pelo método da equivalência patrimonial (ver nota explicativa nº 11).

d. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

Serviços

As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

e. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatário

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

f. Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações delongo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

g. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi

determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

h. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

i. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas

previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

j. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 12, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

k. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages – SC, de propriedade da controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2011, 2012 e 2013.

I. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

m. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor

líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

o. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

p. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

q. Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Classificam-se como ativos financeiros as quatro categorias a seguir:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros disponíveis para venda;

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Tiver sido adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- Se o reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- Seja um derivativo não designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- Se o ativo financeiro fizer parte de uma Companhia, gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Se o desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Se fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 20.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório, caso sejam identificados indicadores de redução do valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças

observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

r. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Empréstimos e Recebíveis”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro seja parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O passivo financeiro nessa categoria, trata-se basicamente, de swap de taxa de juros. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 20.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

s. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

t. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receitas de juros;
- despesas de juros;
- descontos recebidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

u. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal,

impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v. Lucro (prejuízo) básico por ação

A Companhia apura o saldo de lucro (prejuízo) por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

2.1 IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se, basicamente, a aplicações pós-fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de “1ª linha”. As aplicações financeiras são atualizadas considerando o custo acrescido de juros ajustados ao valor justo, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e bancos		5.342	6.708	6.285	7.178
Aplicações financeiras de liquidez imediata					
Banco Bradesco S/A	CDB	4.343	1.455	4.343	1.455
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	CDB	-	-	265	-
Outros		-	757	-	990
Sub-total		4.343	2.212	4.608	2.445
Total caixa e equivalente de caixa		9.685	8.920	10.893	9.623

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários–CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100% (100% em 31 de dezembro de 2013).

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

5 Aplicações financeiras

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Banco Mercantil do Brasil (a)	CDB	1.360	1.752	1.360	1.752
Banco Panamericano S/A (b)	CDB	728	380	728	380
Banco Ind. e Comercial S/A (c)	CDB	6.920	5.404	6.920	5.404
Banco Safra S/A (d)	CDB	9.834	6.944	9.834	6.944
Banco ABC Brasil (e)	CDB	1.346	2.338	1.346	2.338
Paraná Banco S/A (f)	CDB	1.195	-	1.195	-
Banco BBM S/A (g)	CDB	9.623	-	9.623	-
Total aplicações		31.006	16.818	31.006	16.818
Total circulante		25.250	4.090	25.250	4.090
Total não circulante		5.756	12.728	5.756	12.728

Todas as aplicações financeiras acima são garantidoras de empréstimos junto à Controladora, Battistella Administração e Participações S/A, com vencimentos conforme abaixo:

- (a) O saldo com o Banco Mercantil do Brasil tem o vencimento em julho de 2023;
- (b) O saldo com o Banco Panamericano S/A tem vencimento em abril de 2016;
- (c) O saldo com o Banco Industrial e Comercial S/A tem vencimento em março de 2015 no valor de R\$ 5.165 e o restante em setembro de 2016;
- (d) O saldo com o Banco Safra S/A tem vencimento em abril de 2016;
- (e) O saldo com o Banco ABC Brasil tem vencimento em agosto de 2016;
- (f) O saldo com o Paraná Banco tem vencimento em novembro de 2015;
- (g) O saldo com o Banco BBM S/A tem vencimento em junho de 2015.

6 Contas a receber de clientes

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Clientes mercado interno (a)	63.134	142.800	67.386	144.747
Clientes do mercado externo	-	-	-	3.995
Títulos de crédito (b)	3.419	4.827	3.462	4.913
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.556)	(855)	(1.611)	(911)
(-) Ajuste a valor presente	-	(27)	-	(38)
Total clientes	64.997	146.745	69.237	152.706

- (a) O montante a receber de clientes é composto, substancialmente por operações de Finame, em contrapartida à operação de Vendor (Ver Nota 14).

- (b) Os títulos de crédito são compostos, basicamente, por cheques endossados, notas promissórias endossadas, duplicatas e outros títulos, gerados nos processos de vendas, especialmente da área de revenda de veículos.

O prazo médio de recebimentos foi de 35 dias em 31 de dezembro de 2014 (42 dias em 31 de dezembro de 2013).

Os valores de contas a receber dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 14.

As duplicatas descontadas e as operações de vendedor estão demonstradas como empréstimos e financiamentos no passivo.

A composição das contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
A vencer	62.657	144.892	65.662	149.921
Vencidos até 30 dias	1.379	1.282	2.550	2.201
Vencidos de 31 a 60 dias	286	289	321	289
Vencidos de 61 a 90 dias	171	95	197	95
Vencidos a + de 91 dias	2.060	1.069	2.118	1.149
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.556)	(855)	(1.611)	(911)
(-) Ajuste a valor presente	-	(27)	-	(38)
Total clientes	<u>64.997</u>	<u>146.745</u>	<u>69.237</u>	<u>152.706</u>

A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas. A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se no seguinte critério:

- 20% dos títulos vencidos entre 31 e 60 dias;
- 30% dos títulos vencidos entre 61 e 90 dias; e
- 70% dos títulos vencidos acima de 91 dias.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, na rubrica de despesas com vendas.

Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Saldo inicial	(855)	(1.713)	(911)	(2.093)
Constituição	(701)	(377)	(700)	(433)
Reversão/utilização	-	1.235	-	1.615
Saldo final	<u>(1.556)</u>	<u>(855)</u>	<u>(1.611)</u>	<u>(911)</u>

7 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Produtos acabados	-	-	2.625	1.562
Mercadorias para revenda	15.367	12.263	15.486	12.538
Estoques em elaboração	-	-	2.003	1.755
Matérias primas	-	-	97	96
Quotas de consórcios de bens duráveis (a)	458	396	458	396
Outros estoques	32	33	918	845
Sub-total	15.857	12.692	21.587	17.192
Provisão para obsolescência dos estoques (b)	(121)	(269)	(786)	(934)
Provisão para desvalorização dos estoques (c)	-	-	(281)	(342)
Total Geral	15.736	12.423	20.520	15.916

- (a) As quotas de consórcios de bens duráveis referem-se a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos, os quais serão destinados a revenda.
- (b) Provisão para obsolescência dos estoques é calculada com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.
- (c) Provisão para desvalorização dos estoques é constituída na empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., com base nos produtos que apresentaram valor líquido realizável inferior aos custos registrados contabilmente.

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

8 Impostos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Finsocial (a)	-	-	103	2.507
ICMS (b)	373	137	902	1.633
IPI (b)	-	-	876	911
Imposto de Renda (c)	499	645	735	869
Contribuição Social (c)	5	654	64	736
INSS (d)	451	451	2.228	2.226
Cofins (e)	2.039	105	5.552	7.434
PIS (e)	442	23	1.202	1.636
(-) Provisão para não realização (f)	-	-	(1.947)	(1.947)
Total Impostos a recuperar	3.809	2.015	9.715	16.005
Total circulante	3.757	1.935	6.932	4.421
Total não circulante	52	80	2.783	11.584

- (a) Refere-se a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal, sendo que parte foi utilizada para compensação com outros tributos federais exercícios anteriores e em 2014.
- (b) Os valores de ICMS e IPI referem-se a créditos oriundos das operações das Companhias, registrados nos respectivos livros fiscais. Parte desses créditos, no valor de R\$ 522 foram classificados no ativo não circulante em virtude da capacidade das Controladas em compensar esses montantes no período após doze meses.
- (c) Refere-se, principalmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social em 2013 e 2014 pela controladora.
- (d) Refere-se, basicamente, a INSS a recuperar de pagamentos a maior, realizados pela Battistella Trading S/A, a qual está avaliando a forma de compensação desse crédito. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante.
- (e) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, como previsto na legislação e não utilizados pela Companhia. Dentre as opções para utilização dos créditos mencionados acima, o departamento jurídico da Companhia está realizando estudos visando melhor aproveitamento através de transferências de atividades operacionais entre as empresas da Companhia e incorporação de empresas, e pedido de restituição e habilitação junto às autoridades fiscais no Brasil. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 1.947 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.947 em 31 de dezembro de 2013) para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente.
- (f) A provisão foi constituída com base em estudos para a realização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota (e) acima.

9 Outras contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
SDMO do Brasil Ltda (a)	5.732	5.792	5.732	5.792
Rio Negrinho Participações S/A (b)	-	-	5.616	5.449
OG Administradora de Bens Ltda.(c)	-	9.080	-	9.080
Outros (d)	1.957	3.209	706	2.072
Total outras contas a receber	7.689	18.081	12.054	22.393
Total circulante	1.919	13.323	668	11.416
Total não circulante	5.770	4.758	11.386	10.977

(a) Refere-se ao valor a receber da SDMO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, da seguinte forma e é composto da seguinte forma:

- O valor de R\$ 1.068 (R\$ 1.068 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a crédito tributário decorrente de precatório a favor da companhia, recebido de ação contra o Estado de São Paulo, cujo valor será recebido da SDMO em até sete dias úteis do efetivo recebimento ou utilização, quando ocorrer;
- O valor de R\$ 4.664 (R\$ 4.724 em 31 de dezembro de 2013) permanece em uma conta de depósito em garantia que deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.

(b) Refere-se a saldo a receber da Companhia Rio Negrinho Participações S/A pela venda das ações da companhia Modo Battistella Reflorestamento S/A - Mobasa, depositado em uma conta controlada (*Escrow*) e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário.

(c) Saldo a receber, em 2013, referente a venda do imóvel de São José dos Pinhais, conforme nota explicativa 1.b.

Refere-se, substancialmente, a crédito com parte relacionada. O saldo corresponde a R\$ 1.911 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.911 em 31 de dezembro de 2013), conforme nota explicativa 10.

10 Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas da Companhia mantidas na controladora e no consolidado, com impacto no ativo e passivo, podem ser resumidas como segue:

Controladora		
31.12.2014		
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Portinvest Participações S/A
<u>ATIVO</u>		
CIRCULANTE		
Outras Contas a receber (a)	1.911	-
Adto para futuro aumento de capital (c)	-	660
Total circulante	1.911	660
TOTAL ATIVO	1.911	660

Controladora		
31.12.2013		
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	Portinvest Participações S/A
<u>ATIVO</u>		
CIRCULANTE		
Outras Contas a receber (a)	1.911	-
Total circulante	1.911	-
NÃO CIRCULANTE		
Créditos com pessoas ligadas - mútuo (b)	4.109	-
Adto para futuro aumento de capital (c)	-	150
Total não circulante	4.109	150
TOTAL ATIVO	6.020	150

Controladora		
31.12.2014		
	Battistella Indústria e Comércio Ltda.	
<u>PASSIVO</u>		
NÃO CIRCULANTE		
Créditos com pessoas ligadas - mútuo (b)	458	
	458	
TOTAL PASSIVO	458	

- (a) Saldo a receber da controlada BIC, decorrente da transação de vendas das florestas da Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa em outubro de 2012.

- (b) Os contratos de mútuo estão sendo atualizados à taxa de 100% e de 102% CDI ao mês.
- (c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada em conjunto Portinvest.

As transações entre empresas, mantidas na controladora e consolidado, com impacto no resultado, podem ser resumidas como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>			<u>31.12.2013</u>	<u>Nº parcelas</u> <u>a Vencer</u>	<u>Atualização</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>		
Trading	126	234	360	459	42	TJLP
Total	126	234	360	459		

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>RESULTADO</u>				
Despesas financeiras (a)				
Alliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	3.012	280	3.012	280

- (d) Refere-se a despesas com aval sobre garantias de empréstimos dadas a Controladora.

Remuneração dos administradores

Remuneração

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Conselho de administração	2.681	3.254
Diretoria	837	1.038
	3.518	4.292

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Conselho de administração	2.680	3.254
Diretoria	1.132	1.322
	3.812	4.576

Benefícios

	Controladora	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Conselho de administração (a)	194	235
Diretoria (b)	60	74
	<u>253</u>	<u>309</u>

	Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Conselho de administração (a)	313	380
Diretoria (b)	63	73
	<u>375</u>	<u>453</u>

A remuneração da Administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Desta forma, na AGO realizada 25 de abril de 2014 foi deliberado o montante da remuneração global anual do Conselho de Administração e da Diretoria fixada até o limite de R\$ 7.200 para a Controladora no exercício de 2014. Em 2013 a remuneração fixada correspondia até o limite de R\$ 6.741.

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica “Honorários dos Administradores”.

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

- (e) Refere-se a gastos com plano médico; e
- (f) Refere-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

11 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

a. Sociedades controladas em conjunto:

a.1 Portinvest Participações S/A

Conforme Estatuto Social da Portinvest, Ata sumária da 12ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de junho de 2009, a aprovação das matérias que estão sujeitas ao *quorum* qualificado nas sociedades investidas dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Administração, composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios da Portinvest. As decisões não são tomadas exclusivamente por um dos sócios, sendo que o mecanismo de tomada das decisões compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

A Portinvest detém 70% de participação na empresa Itapoá Terminais Portuários. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As

decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

Garantias, obrigações e restrições

As ações da Companhia na investida Itapoá Terminais Portuários foram alienadas em garantia das debêntures emitidas por esta, em relação às quais a Companhia, juntamente com os demais acionistas, também é fiadora até o limite de 42% das obrigações.

A Companhia, na condição garantidora das debêntures da controlada em conjunto, tem obrigação de suporte, mediante aporte de recursos ou empréstimos, na ocorrência de determinados eventos de capitalização, definidos em contrato.

A investida possui restrição para distribuir dividendos acima do mínimo obrigatório até 13 de maio de 2015, e após essa data caso não estiver cumprindo qualquer obrigação relacionada à escritura de debêntures.

b. A movimentação dos investimentos, apresentado nas demonstrações financeiras da Controladora, é como segue:

b.1 Controladora

	Saldo 31.12.2012	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2013	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2014
Battistella Ind.e Com. Ltda.	44.241	-	3.082	-	47.323	-	8.941	-	56.264
Battistella Trading S.A. – Com. Intern.	(9.052)	6.522	(11.054)	(2.061)	(15.645)	177	4.066	-	(11.402)
Portinvest Participações S.A.	5.469	20.096	(365)	2.326	27.526	-	(1.956)	-	25.570
Tangará Participações Ltda.	6	-	-	-	6	-	(2)	-	4
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	(1.151)	119	43	9	(980)	187	(56)	-	(849)
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	(782)	300	435	(108)	(155)	134	(129)	-	(150)
Outros investimentos mantidos ao custo	2	-	-	-	2	-	-	-	2
Total	38.733	27.037	(7.859)	166	58.077	498	10.864	-	69.439
Investimento no ativo	51.924	27.037	(1.745)	4.512	81.728	498	6.983	(7.370)	81.839
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(13.191)	-	(6.114)	(4.346)	(23.651)	-	3.881	7.370	(12.400)
Saldo líquido do investimento	38.733	27.037	(7.859)	166	58.077	498	10.864	-	69.439

Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas em 31 de dezembro de 2014:

	Battistella Ind.e Com. Ltda.	Portinvest Participações S.A.	Battistella Máquinas Ind. e Com. Ltda.	Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Tangará Participações Ltda.	Battistella Trading S.A. – Com. Intern.
Ativo	88.719	437.268	9	117	4	2.603
Passivo	32.455	334.843	861	269	-	14.016
Patrimônio líquido	56.264	102.425	(852)	(152)	4	(11.413)
Receita	91.667	161.159	-	-	-	-
Resultado do exercício	6.174	7.423	(56)	(130)	(1)	4.054

b.2 Consolidado

	Saldo 31.12.2012	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2013	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2014
Portinvest Participações S.A.	49.154	20.096	(12.249)	-	57.001	-	4.454	-	61.455
Saldo líquido do investimento	49.154	20.096	(12.249)	-	57.001	-	4.454	-	61.455

A Companhia passou a demonstrar no consolidado o saldo de seus investimentos nas empresas controladas em conjunto, em consequência da adequação ao CPC 19 (R2) – *Negócios em conjunto*. No investimento corresponde ao valor de R\$ 61.455 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 57.001 em 31 de dezembro de 2013); no resultado apresenta um valor positivo de R\$ 4.454 em 31 de dezembro de 2014 (negativo de R\$ 12.249 em 31 de dezembro de 2013).

12 Imobilizado

<u>Controladora</u>	31.12.2014			31.12.2013		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado						
Terrenos	744	-	744	744	-	744
Imóveis	7.316	(285)	7.031	6.438	(189)	6.249
Máquinas, equipamentos e instalações	3.128	(2.462)	666	3.135	(2.341)	794
Veículos	540	(422)	118	598	(473)	125
Móveis, utensílios e ferramentas	6.666	(4.387)	2.279	6.384	(4.038)	2.346
Computadores e periféricos	3.526	(3.254)	272	3.550	(3.145)	405
Benfeitorias em bens de terceiros	4.104	(2.506)	1.598	3.199	(2.067)	1.132
Outras imobilizações	1.909	(998)	911	1.373	(890)	483
Total	27.933	(14.314)	13.619	25.421	(13.143)	12.278

<u>Consolidado</u>	31.12.2014			31.12.2013		
	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Líquido
Imobilizado						
Terrenos	3.226	-	3.226	3.125	-	3.125
Imóveis	19.919	(8.569)	11.350	19.052	(8.127)	10.925
Máquinas, equipamentos e instalações	45.049	(39.410)	5.639	44.896	(37.389)	7.507
Veículos	8.875	(8.240)	635	8.911	(7.727)	1.184
Móveis, utensílios e ferramentas	8.873	(6.478)	2.395	8.601	(6.089)	2.512
Computadores e periféricos	4.398	(4.084)	314	4.412	(3.954)	458
Benfeitorias em bens de terceiros	4.104	(2.506)	1.598	3.199	(2.066)	1.133
Outras Imobilizações	5.095	(4.072)	1.023	4.444	(3.917)	527
Imobilizações em andamento	554	-	554	183	-	183
Total	100.093	(73.359)	26.734	96.823	(69.269)	27.554

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 - ativo imobilizado, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	60
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Veículos adquiridos por arrendamento financeiro	5
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:

Custo	Controladora								Total
	Terrenos	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	870	12.685	2.874	805	5.831	3.458	2.340	1.276	30.139
Adições	-	5.572	333	213	592	92	1.128	97	8.027
Baixas (a)	(126)	(11.819)	(72)	(420)	(39)	-	(269)	-	(12.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	744	6.438	3.135	598	6.384	3.550	3.199	1.373	25.421
Adições	-	968	47	184	466	194	997	570	3.426
Baixas (a)	-	(90)	(54)	(242)	(184)	(218)	(92)	(34)	(914)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	744	7.316	3.128	540	6.666	3.526	4.104	1.909	27.933

Depreciação acumulada	Controladora								Total
	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.223	2.210	482	3.633	2.936	1.834	801	14.119	
Adições	297	162	97	410	209	400	89	1.664	
Baixas	(2.330)	(31)	(106)	(5)	-	(168)	-	(2.640)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	190	2.341	473	4.038	3.145	2.066	890	13.143	
Adições	97	169	97	452	173	440	128	1.556	
Baixas	-	(50)	(148)	(103)	(64)	-	(20)	(385)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	287	2.460	422	4.387	3.254	2.506	998	14.314	

- (a) A baixa na conta imóveis em 2013 decorre da venda do imóvel de São José dos Pinhais, sede da Companhia, conforme nota explicativa nº 1.c. O impacto dessa venda no resultado de 2013 monta em um lucro de R\$ 13.004.

Custo	Consolidado									Total
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e	Móveis,	Computadores e	Veículos	Imobilizações em	Benfeitorias em	Outras	
			Equipamentos	Utensílios e	Periféricos		andamento	Bens de		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.251	25.999	44.934	8.032	4.318	8.878	2	2.340	4.342	102.096
Adições	-	5.571	337	607	94	453	181	1.128	102	8.473
Baixas	(126)	(12.518)	(375)	(38)	-	(420)	-	(269)	-	(13.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.125	19.052	44.896	8.601	4.412	8.911	183	3.199	4.444	96.823
Adições	101	957	312	464	203	335	371	998	685	4.426
Baixas	-	(90)	(159)	(192)	(217)	(371)	-	(93)	(34)	(1.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.226	19.919	45.049	8.873	4.398	8.875	554	4.104	5.095	100.093

Depreciação Acumulada e Valor Recuperável de Ativos	Consolidado								Total Depreciação
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis,	Computadores e	Veículos	Benfeitorias em	Outras		
			Utensílios e Ferramentas	Periféricos		bens de terceiros	Imobilizações		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.937	35.566	5.627	3.722	6.604	1.833	3.813	67.102	
Adições	656	2.155	467	233	1.229	401	104	5.245	
Baixas	(2.467)	(332)	(5)	-	(106)	(168)	-	(3.078)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.126	37.389	6.089	3.955	7.727	2.066	3.917	69.269	
Adições	443	2.076	497	193	698	440	174	4.521	
Baixas	-	(55)	(107)	(64)	(185)	-	(20)	(431)	
Saldo em 31 de setembro de 2014	8.569	39.410	6.479	4.084	8.240	2.506	4.071	73.359	

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 14.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Mercado interno	9.882	6.848	13.980	8.926
AVP - fornecedores	-	(7)	-	(69)
	<u>9.882</u>	<u>6.841</u>	<u>13.980</u>	<u>8.857</u>

O prazo médio de pagamento para fornecedores é 36 dias.

Não são pagos juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 3 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros mensais de 2,5% a 4% são pagos sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

14 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de	Indexador	Modalidade	Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Juros Anual			Final	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Moeda Estrangeira								
Financiamentos								
Banco do Estado R.Grande Sul	10,34%	USD	ACC	12.06.15	-	-	2.348	2.371
					-	-	2.348	2.371
Moeda Nacional								
Financiamentos								
Banco Votorantim S/A	17,40%	CDI	Capital de Giro	29.05.14	-	3.002	-	3.002
Banco Safra S/A	23,71%	CDI	Capital de giro	08.08.16	14.332	20.825	14.332	20.825
Banco do Brasil S/A	26,82%	Pré-fixada	Capital de Giro	27.08.15	6.739	-	6.739	-
Banco ABC Brasil S/A	19,24%	CDI	Capital de Giro	29.08.16	14.824	10.088	14.824	10.088
Banco do Estado R.Grande Sul	25,70%	CDI	Capital de Giro	03.12.16	17.971	21.943	17.971	22.246
Banco Industrial e Comercial S/A	33,51%	CDI	Capital de Giro	02.03.15	2.714	4.431	2.714	4.431
Banco Mercantil do Brasil S/A	44,82%	CDI	Capital de Giro	01.04.15	9.467	8.563	9.467	8.563
Banco BVA S/A	15,21%	CDI	Capital de Giro	24.04.14	-	682	-	682
Banco Daycoval S/A	27,87%	CDI	Capital de Giro	30.03.15	7.347	3.181	7.347	3.181
Parana Banco S/A	23,72%	CDI	Capital de Giro	21.09.15	16.059	10.086	16.059	10.086
Banco Brickel S/A	20,32%	CDI	Capital de Giro	31.03.14	-	3.044	-	3.044
Banco Panamericano S/A	19,98%	CDI	Capital de Giro	14.04.16	6.718	2.668	6.718	2.668
Banco BCV S/A	19,60%	CDI	Capital de Giro	12.03.14	-	1.344	-	1.344
Banco BBM S/A	22,08%	CDI	Capital de Giro	23.12.15	12.795	-	12.795	-
Banco HSBC S/A	17,36%	CDI	Capital de Giro	13.03.15	113	-	113	-
Outras Instituições Financ.	10,66%	CDI	diversos	diversos	-	370	-	370
					109.079	90.227	109.079	90.530
Arrendamento (Leasing)								
Banco Santander S/A	23,94%	Pré-fixada	Leasing	10.01.15	14	-	14	-
					14	-	14	-
Empréstimos para investimento								
Banco Safra S/A	18,85%	TJLP	Finame	03.04.17	118	65	118	65
Banco Catterpillar Financial	11,08%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	-	121
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (a)					(46)	(201)	(46)	(201)
					72	(136)	72	(15)
Empréstimos-aquisição de peças e veículos								
Bradesco S.A. (Vendor) (b)	17,04%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	45.393	118.219	45.393	118.219
Bradesco S.A. (Venpec) (b)	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	10.416	7.471	10.416	7.471
					55.809	125.690	55.809	125.690
TOTAL EMPRÉSTIMOS					164.974	215.781	167.322	218.576
Circulante					(155.036)	(197.857)	(157.384)	(200.652)
Não Circulante					9.938	17.924	9.938	17.924

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCBs), como: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.
- (b) Refere-se, principalmente, a captações referentes a operações de vedor, realizados pela Battistella Administração e Participações S/A., as quais possuem prazo médio de pagamento de 35 dias. O total movimentado nas operações de vedor em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 744.680 em captações e R\$ 809.680 em pagamentos.
- (c) O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento:

Empréstimos		
	Controladora	Consolidado
2016	9.938	9.938
Total	9.938	9.938

As garantias reais sobre as operações de empréstimos e debêntures (da posição constante na nota explicativa 15) são conforme quadro abaixo:

Empresa	Instituição	Vcto Inicia	Prazo Negociaç	Carênc	Valor	Garantia
Battistella Adm. e Partic. S/A	ABC	Junho 2014	30 meses	4 meses	R\$ 14.000	Imóvel em Tubarão
Battistella Adm. e Partic. S/A	ABC	Março 2014	18 meses	5 meses	R\$ 10.000	Imóvel em Lages
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Abril 2011	60 meses	3 meses	R\$ 13.500	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis (cheques ou duplicatas)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2013	48 meses		R\$ 10.000	Imóvel em Rio Negrinho, 30% recebíveis (cheques ou duplicatas) e Equipamentos BIC
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Junho 2012	36 meses	2 meses	R\$ 5.000	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis (cheques ou duplicatas)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2015	3 meses		R\$ 2.500	30% recebíveis (Cheques ou duplicatas)
Battistella Indústria e Comércio Ltda	Banrisul	Janeiro 2015	6 meses		R\$ 2.343	10% Aplicação Financeira
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2015	3 meses		R\$ 6.314	20% recebíveis (cheques ou duplicatas)
Battistella Adm. e Partic. S/A	BBM	Julho 2014	12 meses		R\$ 14.000	50% Aplicação Financeira
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bicbanco	Outubro 2014	7 meses		R\$ 3.000	30% CDB e 20% recebíveis (cheques)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Março 2015	6 meses		R\$ 5.000	100% Alienação Fiduciária caminhões
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Março 2015	6 meses		R\$ 5.000	100% Recebíveis (PAC's)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Abril 2013	22 meses		R\$ 2.500	100% Recebíveis (Desconto Contrato BBM)
Battistella Adm. e Partic. S/A	HSBC	Dezembro 2013	60 meses	12 meses	R\$ 45.000	Imóveis e alienação fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Dezembro 2013	60 meses	12 meses	R\$ 45.000	Imóveis e alienação fiduciária
Battistella Adm. e Partic. S/A	Mercantil	Janeiro 2015	4 meses		R\$ 6.209	15% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Panamericano	Maio 2014	24 meses		R\$ 10.000	40% Alienação Fiduciária caminhões e 10% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Paraná Banco	Março 2015	3 meses		R\$ 13.885	110% recebíveis (PAC's)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Paraná Banco	Janeiro 2015	12 meses	3 meses	R\$ 3.000	30% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Junho 2013	36 meses		R\$ 10.000	Recebíveis de duplicatas, 1% recebíveis (cartão master)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Maio 2013	36 meses		R\$ 4.878	8% Recebíveis (cartão visa)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Setembro 2014	6 meses		R\$ 1.979	30% Recebíveis (cheques)
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Dezembro 2014	12 meses		R\$ 3.500	100% Aplicação Financeira
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Janeiro 2014	2 meses		R\$ 4.000	Alienação Fiduciária e 50% CDB
Battistella Adm. e Partic. S/A	BBM	Julho 2015	12 meses	6 meses	R\$ 5.000	50% Aplicação Financeira

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2013	156.452	157.579
Captações	1.538.521	1.543.097
Juros e atualizações	13.284	13.555
(-) Pagamento do principal	(1.472.452)	(1.475.572)
(-) Pagamento de juros	(20.413)	(20.472)
(-) Custos a amortizar	389	389
Saldo em 31.12.2013	215.781	218.576
Captações	965.476	970.480
Juros e atualizações	19.828	20.244
(-) Pagamento do principal	(1.014.095)	(1.019.763)
(-) Pagamento de juros	(21.861)	(22.059)
(-) Custos a amortizar	(155)	(155)
Saldo em 31.12.2014	164.974	167.322

15 Debêntures

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Modalidade	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
					31.12.2014	31.12.2013
Debêntures						
3ª Emissão de debêntures	15,73%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	70.598	77.210
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(545)	(914)
Total debêntures					70.053	76.296
Circulante					70.053	(16.841)
Não circulante					-	59.455

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação das debêntures, como: gastos com serviços profissionais de terceiros e comissões bancárias. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do passivo não circulante das debêntures foi reclassificado para o passivo circulante, devido ao não cumprimento do *covenant* financeiro. Ver item (c) adiante.

Em 12 de abril de 2015 a Companhia obteve dos Debenturistas Banco Votorantim S/A e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo o waiver onde consta a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em razão do não cumprimento do *covenant* financeiro, conforme previsto no subitem xiv do item 4.11.1. da Cláusula 4.11, do Quarto Aditamento a 3ª Emissão de Debêntures Simples – Vencimento Antecipado - da Escritura de Debêntures, aferido em 31 de Dezembro de 2014.

Caso esse waiver tivesse sido obtido até a data de 31 de dezembro de 2014, o valor das Debêntures registrado no passivo não circulante seria de R\$ 39.820, conforme abaixo:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Modalidade	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
					31.12.2014	31.12.2013
Debêntures						
3ª Emissão de debêntures	15,73%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	70.598	77.210
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(545)	(914)
Total debêntures					70.053	76.296
Circulante					(30.233)	(16.841)
Não circulante					39.820	59.455

A movimentação dos saldos de debêntures é demonstrada a seguir:

Saldo em 31.12.2012	89.111
Juros do período	11.626
(-) Pagamento de principal	(13.000)
(-) Pagamento de juros	(11.811)
(-) Custos a amortizar	370
Saldo em 31.12.2013	76.296
Juros do período	11.138
(-) Pagamento de principal	(7.002)
(-) Pagamento de juros	(10.748)
(-) Custos a amortizar	369
Saldo em 31.12.2014	70.053

Em 27 de junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S/A, procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória. Em 6 de junho de 2012 foi celebrado o primeiro aditamento à Escritura de Emissão alterando determinados termos e condições da Emissão. Em 12 de dezembro de 2012 foi celebrado o segundo aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão. Finalmente em 13 de dezembro de 2012, foi celebrado o terceiro aditamento à 3ª Emissão de Debêntures Simples, com significativa alteração das condições da Emissão, assim como contemplando o resgate de 60 debêntures e o alongamento dos prazos de vencimento, conforme condições detalhadas a seguir:

Emissora:	Battistella Administração e Participações S.A.
Coordenador líder:	Banco HSBC S.A.
Coordenador:	Banco Votorantim S.A.
Título:	Debêntures Simples
Data emissão	13.12.2012

Data vencimento	10.12.2017
Quantidade total:	180 (cento e oitenta) debêntures
Valor nominal unitário:	R\$ 500
Montante da emissão:	R\$ 90.000
Tipo e forma:	Nominativas e escriturais
Espécie:	Com garantia real
Classe:	Não conversíveis em ações
Garantia adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 34.443 no regime de avaliação de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading; tendo como garantidoras a própria emissora, Battistella Industria e Comércio Ltda. e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
Remuneração:	100% CDI + 4,5% ao ano
Pagamento de juros:	Os juros serão pagos semestralmente
Amortização do principal:	Será pago em nove parcelas semestrais, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

Na data de 09 de dezembro de 2013 foi celebrada a ata de assembleia geral de debenturistas “AGD”, referente ao quarto aditamento da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória, contemplando a autorização dos debenturistas para alienação do imóvel de São José dos Pinhais inscrito sob a matrícula 61.368, objeto de garantia do instrumento, assim como, a dilação do vencimento da parcela de 13 de dezembro de 2013 para 23 de dezembro de 2013. O imóvel foi alienado pela quantia de R\$ 22.080 dos quais R\$13.000 foram recebidos a vista e o saldo parcelado em 10 vezes. Na data de 23 de dezembro de 2013 a companhia efetuou o pagamento de R\$ 13.000 de principal (valor recebido a vista pela alienação do imóvel) e R\$11.811 de juros. Do montante pago R\$10.000 equivale ao vencimento da parcela programada para dezembro de 2013, e R\$ 3.000 como antecipação do vencimento de principal da parcela de junho de 2014. O valor referente aos juros foi quitado mediante recursos oriundos do caixa da Companhia.

Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o quinto aditamento à Escritura de Emissão que contemplou a alteração da data de pagamento de amortização e juros de 10 de junho de 2014 para 27 de junho de 2014.

Na data de 09 de dezembro de 2014 foi celebrada a ata de assembleia geral de debenturistas “AGD”, como complemento ao quinto aditamento da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória, contemplando a alteração de data de pagamento referente a amortização no montante de R\$ 15.004 de 10 de dezembro de 2014 para 31 de março de 2015 ou quando do desembolso de quaisquer operações de mercado de capitais (o que ocorrer primeiro). O valor referente aos juros, no montante de R\$ 5.004 foi quitado mediante recursos oriundos do caixa da Companhia.

Diante da operação o rol de garantias da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória passou a ser o seguinte:

Garantia adicional:	Garantia Real, constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 21.443 no regime de avaliação de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading; tendo como garantidora a própria emissora, Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
---------------------	---

As demais condições avençadas permanecem as mesmas.

Segue abaixo as principais cláusulas de *covenants* existentes nas debêntures emitidas:

c. Resgate antecipado e aquisição facultativa

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A..

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (“Data da Liquidação”);
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor do VNU por Debênture resgatada antecipadamente, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* até a Data da Liquidação (“Saldo Devedor”), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos:
 - (a) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (1) o Saldo Devedor; acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento (“Remuneração Projetada para Resgate Antecipado”), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado, calculado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pelos Debenturistas; e/ou
 - (b) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e

- (i) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

d. Vencimento antecipado

As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento;
- (iii) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, “Afiliadas”) acima de R\$ 5.000, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido;
- (v) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.As.;
- (vi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.As.;
- (vii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora;
- (viii) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;
- (ix) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.As. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;

- (x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (xi) não apresentação pela Companhia de suas respectivas demonstrações financeiras auditadas – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo);
- (xii) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US\$ 21.600.000 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte;
- (xiii) alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora ou de suas empresas controladas diretas e indiretas e que representem individualmente pelo menos R\$ 1.000, no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto se pelo menos 50% (cinquenta) dos recursos oriundos da alienação ou transferência forem utilizados para: (a) amortização de dívida bancária; ou (b) Amortização Extraordinária das Debêntures, sendo que as Debêntures terão prioridade no pagamento em relação ao item (a) acima, a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que os mesmos abram mão do prêmio para liquidação antecipada indicado;
- (xiv) caso o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida (conforme definida na Escritura de Emissão) pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização “EBITDA”) obtido pela Emissora nos últimos 12 (doze) meses seja menor ou igual a:
 - (a) 4,0 (quatro inteiros) até 30 de junho de 2013;
 - (b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2013 até 31 de dezembro 2013;
 - (c) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 31 de dezembro 2013 até 30 de junho de 2014;
 - (d) 2,5 (dois vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2014 até o vencimento das Debêntures.

A emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou demonstrações financeiras da Emissora, conforme o caso, os *Covenants* financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos *Covenants* Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

- (i) se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures;

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

e. Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos e empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida consolidada/EBITDA (em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos).

São apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

<u>Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado consolidado</u>	<u>2014</u>
Limite contratual (máximo)	2,50
Medição em 31/12/2014	5,07

Conforme indicado anteriormente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos, portanto, as dívidas relacionadas a debêntures foram reclassificadas para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2014.

Em 12 de abril de 2015 a Companhia obteve dos Debenturistas Banco Votorantim S/A e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo o waiver onde consta a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em razão do não cumprimento do covenant financeiro, conforme previsto no subitem xiv do item 4.11.1. da Cláusula 4.11, do Quarto Aditamento a 3ª Emissão de Debêntures Simples – Vencimento Antecipado - da Escritura de Debêntures, aferido em 31 de Dezembro de 2014.

Adiantamentos de clientes, credores diversos e recursos a devolver a consorciados

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Adiantamento de clientes (a)	3.049	3.905	3.223	4.274
Credores diversos (b)	9.751	11.003	17.735	23.127
Recursos a devolver a consorciados	-	-	103	1.909
Indenizações trabalhistas	-	3.980	-	3.980
	<u>12.800</u>	<u>18.888</u>	<u>21.061</u>	<u>33.290</u>
(-) Passivo circulante	<u>(7.410)</u>	<u>(9.767)</u>	<u>(13.099)</u>	<u>(18.389)</u>
Passivo não circulante - credores diversos	<u>5.390</u>	<u>9.121</u>	<u>7.962</u>	<u>14.901</u>

- (a) A conta de adiantamento de clientes (passivo circulante) inclui, principalmente, adiantamentos de clientes para a futura aquisição de bens das empresas da Companhia.
- (b) O saldo de Credores Diversos é composto, no Consolidado, principalmente por:
- (c) Saldo a pagar do Acordo firmado com a Codema Comercial Importadora Ltda. e Suvesa Super Veículos Ltda. (vendidas para a Scania do Brasil Ltda. em 8 de janeiro de 2001, pela Controladora, no montante de R\$ 5.712 (R\$ 5.948 em 31 de dezembro de 2013);
- (d) Saldo a pagar, na Controladora, pela aquisição de ações da empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A. de não controladores no montante de R\$ 797 (R\$ 1.170 em 31 de dezembro de 2013);
- (e) Saldo residual a pagar, referente a um contrato de mútuo entre a controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa (antiga controlada). O referido saldo permaneceu em aberto após a operação de venda das florestas, sendo o montante de R\$ 3.526 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 4.369 em 31 de dezembro de 2013) com vencimentos entre dezembro de 2013 e junho de 2018;
- (f) Saldo de R\$ 3.712 a pagar em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.080 em 31 de dezembro de 2013) referente a processo cujo acordo foi realizado no 1º trimestre de 2013 conforme descrito na nota explicativa 17.

16 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas.

As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

<u>Controladora</u>	<u>31.12.2014</u>			<u>31.12.2013</u>		
	Depósitos			Depósitos		
	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>
Tributárias	(4.225)	-	(4.225)	(5.504)	-	(5.504)
Trabalhistas	(3.480)	-	(3.480)	(1.806)	-	(1.806)
Cíveis	(2.291)	-	(2.291)	(2.536)	-	(2.536)
	(9.996)	-	(9.996)	(9.846)	-	(9.846)
Depósitos judiciais que não requerem provisão			3.180			3.065

<u>Consolidado</u>	<u>31.12.2014</u>			<u>31.12.2013</u>		
	Depósitos			Depósitos		
	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Judiciais</u>	<u>Saldo</u>
Tributárias	(4.446)	-	(4.446)	(5.735)	-	(5.735)
Trabalhistas	(4.002)	-	(4.002)	(2.453)	-	(2.453)
Cíveis	(13.653)	-	(13.653)	(12.279)	-	(12.279)
Total	(22.101)	-	(22.101)	(20.467)	-	(20.467)
Depósitos judiciais que não requerem provisão			4.567			4.415

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

<u>Controladora</u>	<u>01.01.2013</u>	<u>Utilização/</u>		<u>31.12.2013</u>	<u>Utilização/</u>		<u>31.12.2014</u>
		<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>		<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	
<u>Contingências</u>							
Tributárias (a)	(7.186)	(1.116)	2.798	(5.504)	-	1.279	(4.225)
Trabalhistas (b)	(2.108)	(331)	633	(1.806)	(2.522)	848	(3.480)
Cíveis	(2.304)	(432)	200	(2.536)	(796)	1.041	(2.291)
(-) Depósitos judiciais	394	(394)	-	-	-	-	-
Saldo	(11.204)	(2.273)	3.631	(9.846)	(3.318)	3.168	(9.996)
Depósitos judiciais que não requerem provisão (d)	1.586	2.047	(568)	3.065	150	(35)	3.180
<u>Consolidado</u>							
<u>Contingências</u>							
Tributárias (a)	(8.247)	(1.236)	3.748	(5.735)	-	1.289	(4.446)
Trabalhistas (b)	(4.075)	(332)	1.954	(2.453)	(2.947)	1.398	(4.002)
Cíveis (c)	(20.106)	(1.508)	9.335	(12.279)	(3.025)	1.651	(13.653)
(-) Depósitos judiciais	1.355	(1.356)	1	-	-	-	-
Saldo	(31.073)	(4.432)	15.038	(20.467)	(5.972)	4.338	(22.101)
Depósitos judiciais que não requerem provisão (d)	2.891	1.549	(25)	4.415	254	(102)	4.567

- (a) Refere-se, principalmente, a processos de ICMS, sobre créditos tomados oriundos de materiais indiretos, e ISS, que estão em fase de discussão administrativa.
- (b) As ações trabalhistas têm caráter de indenizações, horas extras, equiparação e outros. Em 2014 houve acréscimo referente reclamatória trabalhista ajuizada pleiteando comissões, férias, indenização, juros e multa, cujos autos foram remetidos para o TST para recurso de revista da empresa e agravo de Instrumento em recurso de revista do reclamante.
- (c) Em 2013 houve formalização de acordo de uma das três ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Ind. e Comércio Ltda., relacionadas a rescisões de contrato pertinentes ao empreendimento florestal. As demais ações cíveis possuem natureza de indenização e danos morais, ocorridas principalmente nas empresas Battistella Administradora de Consórcios,

incorporada na Battistella Ind. e Comércio Ltda. e Battistella Veículos Pesados, incorporada pela controladora.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujos riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião da Administração e de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de dezembro de 2014 é: (i) tributário: R\$ 1.168 (R\$ 5.039 em 31 de dezembro de 2013), (ii) cíveis: R\$ 6.786 (R\$ 3.488 em 31 de dezembro de 2013) e (iii) trabalhistas: R\$ 2.110 (R\$ 1.117 em 31 de dezembro de 2013). Devido ao risco e a pequena relevância dos valores envolvidos, não estão sendo apresentadas informações adicionais.

17 Parcelamento especial e programa de recuperação fiscal - PAES e REFIS

Parcelamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
PAES	-	-	360	459
Refis	7.072	6.666	8.269	15.073
	7.072	6.666	8.629	15.532
Circulante	(490)	(419)	(720)	(1.363)
Não Circulante	6.582	6.247	7.909	14.169

A composição da dívida de PAES e do REFIS estão demonstradas nas notas abaixo (18.1 e 18.2).

17.1 Parcelamento especial – PAES

As empresas encontram-se em conformidade com os recolhimentos regulares dos tributos, como condição essencial para a manutenção do programa. As empresas Battistella Logística (incorporada pela Battistella Veículos Pesados Ltda.) e Battistella Administração migraram os débitos inclusos nesta modalidade de pagamento para o Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2014 o valor consolidado atualizado da dívida é:

Descrição	31.12.2014			31.12.2013	Nº parcelas a Vencer	Atualização
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo		
Trading	126	234	360	459	42	TJLP
Total	126	234	360	459		

Nos meses de outubro a dezembro de 2009 as empresas do Grupo Battistella aderiram ao novo programa de parcelamento de dívidas instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei 11.941/2009, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais. Também foram migradas para este programa as dívidas existentes no programa anterior de parcelamento especial - o PAES, da empresa incorporada Battistella Logística e da Controladora.

Em dezembro de 2009 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em julho de 2011 houve a efetiva homologação pela Receita Federal do Brasil dos débitos e valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Com essa homologação os valores anteriormente provisionados foram ajustados no montante de R\$ 2.039 o qual foi reconhecido ao resultado no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

17.2 Programa de recuperação fiscal – Refis

As dívidas não parceladas anteriormente estão compostas da seguinte forma:

Descrição	31.12.2014			31.12.2013	Nº parcelas a Vencer	Atualização
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo		
BATTROL	-	-	-	233	117	SELIC
BIC	-	-	-	6.689	-	SELIC
ADMINISTRAÇÃO	490	6.582	7.072	6.666	118	SELIC
BATTISTELLA IND.COM.MAQS.	88	773	861	1.140	118	SELIC
TRADING	142	554	696	345	118	SELIC
SUB-TOTAIS	720	7.909	8.629	15.073		

17.3 Refis – Reabertura

Em 17 de dezembro de 2013 as empresas Battistella Administração, Battistella Ind. e Com. Ltda. e Battrol Distribuidora, aderiram à reabertura do programa de parcelamento de dívidas da lei 11.941/2009, instituído pelo Governo Federal, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais.

Em dezembro de 2013 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

A Receita Federal do Brasil aceitou o Pedido de reabertura da Lei 11.941/2009, porém ainda não homologou os valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Foram aproveitados créditos de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa no montante de R\$ 24.158, para pagamento a vista de multas e juros no valor de R\$ 8.214, conforme opção dada pela legislação.

17.4 Refis – adesão à MP 651/Lei 13.043/2014

As empresas aderiram à MP 651, para quitação de parcelamentos com aproveitamento de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, sendo que, no Consolidado foram utilizados R\$ 21.167 de base de cálculo para quitar R\$ 9.854 de tributos.

Total	Pagamento 30%	Liquidação	Utilização Prejuízo
R\$ 9.854	R\$ 2.657	R\$ 7.197	R\$ 21.167

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 151.556, subscrito e integralizado, composto de 149.677.728 ações, sendo 49.911.902 de ações ordinárias e 99.765.826 de ações preferenciais.

Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R\$ 12.858 como capital estrangeiro.

As ações preferenciais (PN), sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia.

b. Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, devido ao prejuízo dos exercícios não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO realizada em 25 de abril de 2014 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2013, não seriam distribuídos dividendos em 2014.

As ações preferenciais (PN) possuem preferência na distribuição dos dividendos.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

d. Reserva de retenção de lucros

O valor remanescente registrado na conta reserva de retenção de lucros refere-se a lucros apurados em exercícios anteriores ao ano de 2008, o qual aguarda proposição do Conselho de Administração para destinação.

19 Instrumentos financeiros

19.1 Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia de gestão do risco de capital da Companhia vem se aperfeiçoando nos últimos anos, com o objetivo de mitigar os riscos financeiros.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 14 e debêntures detalhadas na nota explicativa 15, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Dívida (a)	235.027	292.077	237.375	294.872
Caixa e equivalentes de caixa	(9.685)	(8.920)	(10.893)	(9.623)
Títulos e valores mobiliários	(31.006)	(16.818)	(31.006)	(16.818)
Dívida líquida (b)	194.336	266.339	195.476	268.431
Patrimônio líquido (c)	(57.578)	(37.208)	(57.578)	(37.208)
Índice de endividamento líquido	-3,4	-7,2	-3,4	-7,2

- (a) A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo e debêntures.
- (b) Ressalta-se que, para fins de cálculo da dívida líquida a ser utilizada para efeito da verificação dos *Covenants* financeiros das debêntures (nota explicativa 16.b.xiv), não são consideradas as operações de Vendor e Venpec (Vendor de peças).
- (c) O patrimônio líquido inclui o capital social e reservas.

19.2 Categorias e valores justos dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado.

Os passivos financeiros não derivativos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis próximos com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre o nível 2 para os níveis 1 e 3.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível

no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros					
Mantidos até o vencimento					
- Títulos e valores mobiliários	1	31.006	16.818	31.006	16.818
Empréstimos e recebíveis:					
- Caixa e equivalentes de caixa	1	9.685	8.920	10.893	9.623
- Contas a receber	1	64.997	146.745	69.237	152.706
- Valores a receber de arrendamento mercantil	1	-	23	-	23
- Outras contas a receber	1	8	11.412	668	11.416
- Partes relacionadas	1	1.911	6.020	-	-
		107.607	189.938	111.804	190.586

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
- Empréstimos	1	164.974	215.781	167.322	218.576
- Debêntures	1	70.053	76.296	70.053	76.296
- Partes relacionadas	1	458	21	-	-
- Fornecedores	1	9.882	6.841	13.980	8.857
		245.367	298.939	251.355	303.729

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

19.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas do Grupo Battistella, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Quando necessário, a Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de “hedge”. O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, a Companhia não tem contrato com instrumento derivativo de proteção.

19.4 Risco de mercado

Em virtude de suas atividades e contratação de empréstimos e financiamentos e debêntures para suportá-los, a Companhia fica exposta, principalmente, a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

Em relação ao risco relacionado a mudanças nas taxas de câmbio, quando necessário, a Companhia administra de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas e contrata instrumentos financeiros derivativos para mitigar sua exposição aos riscos relacionados a tais riscos incluindo:

- *Swaps* de taxa de câmbio para mitigar o risco de aumento das taxas de câmbio; e
- *Swaps* de taxa de juros para mitigar o risco de variação das taxas de juros.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos. Considerando as políticas internas de controle de exposição, em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 não havia contratos de *swap* de taxa de câmbio em aberto.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros é administrada através da avaliação periódica dos indicadores de mercado. Em 31 de dezembro de 2014, não havia contratos de *swap* de taxa de juros em aberto.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

- O prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2014 aumentaria em R\$ 3.038. Isso ocorreria principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, realizado com base no relatório de acompanhamento de pesquisa de mercado FOCUS de 23 de Janeiro de 2015, onde descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<i>De taxa de juros</i>	<i>Empréstimos - moeda nacional CDI</i>	204.485	209.209	213.861
<i>Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio</i>			4.724	9.376

19.5 Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos pela Companhia relativos a empréstimos e financiamentos, e debêntures registradas no passivo da Companhia. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 237.374 foi reconhecido no balanço patrimonial consolidado como passivo financeiro (ver notas explicativas 14 e 15).

Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito

A Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros, exceto com relação a contas a receber do leasing financeiro, que possuem como garantia o próprio bem arrendado.

19.6 Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise dos vencimentos

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivo

	Controladora				
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2014					
Fornecedores	2.965	5.929	988	-	9.882
Empréstimos (*)	64.002	57.786	48.108	50.625	220.521
	66.967	63.715	49.096	50.625	230.403
31 de Dezembro de 2013					
Fornecedores	2.052	4.105	684	-	6.841
Empréstimos (*)	137.699	40.461	53.198	95.394	326.752
Partes Relacionadas	21	-	-	-	21
	139.772	44.566	53.882	95.394	333.614

	Consolidado				
	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2014					
Fornecedores	4.194	8.388	1.398	-	13.980
Empréstimos (*)	64.314	58.663	49.245	50.625	222.846
	68.508	67.051	50.643	50.625	236.826
31 de Dezembro de 2013					
Fornecedores	2.657	5.314	886	-	8.857
Empréstimos (*)	137.699	41.428	54.918	95.394	329.439
	140.356	46.742	55.804	95.394	338.296

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas, debêntures e arrendamentos financeiros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Ativo

	Controladora				Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	
31 de dezembro de 2014					
Contas a Receber	2.078	325	1.566	-	3.969
Partes relacionadas	-	-	2.571	-	2.571
Outras contas a receber	-	-	8	-	8
	2.078	325	4.145	-	6.548
31 de Dezembro de 2013					
Contas a Receber	1.282	145.276	1.069	-	147.627
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	23	-	23
Partes relacionadas	-	-	1.911	150	2.061
Outras contas a receber	-	-	11.412	-	11.412
	1.282	145.276	14.415	150	161.123

	Consolidado				Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	
31 de dezembro de 2014					
Contas a receber	3.256	338	1.361	-	4.954
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	2.571	-	2.571
Outras contas a receber	-	-	8	-	8
	3.256	338	3.940	-	7.533
31 de Dezembro de 2013					
Contas a receber	1.620	157.843	972	-	160.435
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	69	-	69
Partes relacionadas	-	-	91	20.160	20.251
Outras contas a receber	-	-	5.566	-	5.566
	1.620	157.843	6.698	20.160	186.321

Linhas de financiamento disponíveis para o Grupo Battistella em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Conta garantida assegurada:				
Não utilizada	-	900	-	900
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2014 e que podem ser estendidas de comum acordo:				
Não utilizada	8.200	21.148	8.200	21.148

20 Imposto de renda e contribuição social

20.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo e passivo:

Ativo	Consolidado		
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Total
Saldo em 31.12.2013	-	22.715	22.715
Diferenças temporárias	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	2.859	(10.294)	(7.435)
Saldo em 31.12.2014	2.859	12.421	15.280

Passivo	Consolidado		
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Total
Saldo em 31.12.2013	20	27	47
Diferenças temporárias	(20)	(27)	(47)
Saldo em 31.12.2014	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido 31.12.2013	2.859	12.421	15.280

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, e tem por base os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas apurados pela Controladora, ou seja, os resultados fiscais apurados no segmento veículos pesados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaborada e fundamentada em premissas internas e externas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Administração prevê que os impostos diferidos decorrentes da previsão de lucro futuro serão realizados em até oito anos, e tem como base, plano de negócios preparado pela Administração.

Na estimativa de lucro futuro a Administração considerou o novo cenário interno da Companhia, tendo em vista as implementações estratégicas e reestruturações efetivadas, com objetivo de consolidar suas atividades operacionais e consequentemente incremento no seu resultado econômico, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, bem como o cenário externo no mercado em que atua.

Com relação ao cenário externo, a Administração baseou seu Plano de negócio nas projeções de crescimento do mercado em que atua, o qual indica crescimento pelo estímulo à economia, com a entrada da fabricante parceira no mercado de Semipesados, além de outras premissas econômicas atuais. Diante disso, tal cenário baseou-se em uma visão moderada e conservadora, concentrando esforços para o crescimento sustentável de sua operação. Além disso, o Plano de negócios da Companhia considera que os macro indicadores econômicos tendem a permanecer estáveis no período, e que os volumes de vendas nacionais de veículos pesados e semipesados tendem a crescer de maneira uniforme.

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para as controladas Battistella Indústria e Comércio Ltda., Battistella Máquinas Indústria e Comércio Ltda., Tangará Participações Ltda. e

Battrol Importadora e Distribuidora de Rolamentos e Peças Ltda. e Battistella Trading S/A, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais empresas possam utilizar os benefícios destes. Em 31 de dezembro de 2014, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social destas empresas somavam, respectivamente, R\$ 217.251 e R\$ 271.508. Em 31 de dezembro de 2013, os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora somam R\$ 79.585 e R\$ 95.837, respectivamente.

20.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31.12.2014		31.12.2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	(19.205)	(27.176)	(2.643)	(3.153)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas				
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota de 34%	6.530	9.240	899	1.072
Efeito tributário das principais adições (exclusões):				
Equivalência Patrimonial	(3.338)	1.514	2.631	6.656
Provisões não dedutíveis	(475)	(67)	(109)	(8.043)
Efeitos da Lei 11.638/2007 - RTT	150	104	478	345
Despesas não dedutíveis	-	-	456	(2.112)
Tributos com exigibilidade suspensa	543	543	356	356
Prejuízos fiscais e bases negativas geradas no exercício, sem crédito diferido	(9.406)	(9.318)	(317)	(436)
Crédito fiscal diferido	(249)	3.781	30.836	31.415
Outros efeitos líquidos	(2.152)	(6.223)	(3.214)	718
	(14.927)	(9.666)	31.117	28.899
Imposto de renda e contribuição social	(8.397)	(426)	30.118	30.628
Corrente	1.852	2.066	(718)	(787)
Diferido	(10.249)	(2.492)	30.836	31.415
Despesas contabilizada no resultado - operações continuadas	(8.397)	(426)	30.118	30.628

Composição dos impostos diferidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Impostos diferidos				
Impostos diferidos reconhecidos no exercício corrente s/prej. fiscais	-	(30.884)	(4.030)	(31.464)
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos ativos	249	37	249	12
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos passivos	-	11	-	37
Reflexo contabilizado no resultado	249	(30.836)	(3.781)	(31.415)

21 Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<u>Receita operacional bruta</u>				
Vendas	847.403	1.233.567	930.987	1.304.882
Prestação de serviços	26.089	26.303	28.293	29.308
Outras receitas	485	439	6.365	7.110
	873.977	1.260.309	965.645	1.341.300
<u>Deduções sobre vendas/serviços</u>				
Impostos sobre vendas/serviços	(89.768)	(135.142)	(96.930)	(143.273)
Devoluções e abatimentos	(4.201)	(4.080)	(4.842)	(4.576)
	(93.969)	(139.222)	(101.772)	(147.849)
<u>Receita operacional líquida</u>	780.008	1.121.087	863.873	1.193.451

22 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	669.981	987.042	710.893	1.020.612
Alugueis	6.912	6.513	9.099	8.614
Depreciação, amortização, exaustão	1.610	1.784	3.398	5.365
Despesas de pessoal	53.843	54.855	65.458	70.786
Despesas tributárias	1.809	4.926	2.433	6.336
Frete e carretos	269	3.899	5.254	7.554
Bonificações, revisões e manutenção RM	994	1.283	994	1.283
Honorários assessores jurídicos e terceiros	5.103	6.253	9.027	9.737
Indenizações judiciais	7.195	352	8.568	5.394
Outros	18.904	18.100	37.160	32.396
Total	766.620	1.085.007	852.284	1.168.077

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	685.818	1.003.444	756.732	1.067.104
Despesas comerciais	25.395	27.784	31.825	32.781
Despesas gerais e administrativas	55.407	53.779	63.727	68.192
Total de despesas	766.620	1.085.007	852.284	1.168.077

23 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para contingências	(150)	1.752	(1.634)	11.962
Reversão provisão PPR	2.100	-	2.100	-
Resultado baixa e/ou alienação do ativo imob/invest	(96)	18.738	(71)	18.579
Recuperação de custos e despesas	2.980	1.564	4.469	2.433
Multas	(479)	(601)	(749)	(1.889)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(178)	452	3.459	6.520
Total	4.177	21.905	7.574	37.605

24 Resultado financeiro

24.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Juros ativos	1.148	1.064	1.493	1.600
Juros s/operações de mútuos	304	131	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	2.910	922	3.336	1.360
Descontos obtidos	41	109	77	124
Ajuste a valor presente	-	(241)	-	(228)
Outras receitas financeiras	2	-	33	1
Total	4.405	1.985	4.939	2.857

24.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(37.906)	(34.269)	(38.209)	(34.386)
Juros passivos sobre parcelamentos	(1.924)	(6.611)	(2.554)	(7.599)
IOF	(5.116)	(6.654)	(5.116)	(6.660)
Juros de mora	(1.192)	(303)	(1.584)	(397)
Comissões sobre debêntures	(60)	(30)	(60)	(30)
Despesas bancárias	(2.752)	(1.192)	(3.032)	(1.423)
Descontos concedidos	(1.028)	(788)	(1.043)	(805)
Ajuste a valor presente	-	430	-	290
Despesas com Aval	(2.743)	-	(2.743)	-
Outras despesas financeiras	(1.387)	(5.142)	(1.685)	(5.550)
Total	(54.108)	(54.559)	(56.026)	(56.560)

24.3 Variação cambial

A variação cambial é representada substancialmente por operações comerciais de exportações e importações, além de variação sobre contratos de empréstimos em moeda estrangeira.

Na controladora o montante de variação cambial é negativa em R\$ 113 em 31 de dezembro de 2014 (variação cambial negativa de R\$ 195 em 31 de dezembro de 2013) e no consolidado o montante de variação cambial é positiva em R\$ 203 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 180 referente à variação cambial negativa em 31 de dezembro de 2013).

25 Informações por segmento

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como principal tomador de decisão gerência o negócio considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 – Informação por Segmento (IFRS8).

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

- (a) Florestal - Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- (b) Veículos pesados - Comercialização de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica;
- (c) Logística Porto - Porto para logística de contêineres, localizado em Santa Catarina;
- (d) Outros – participações em sociedades

As informações por segmentos reportáveis estão apresentadas a seguir:

25.1 Receitas e resultados por segmento

A abertura de receitas e resultados por segmentos está disposta a seguir:

CONSOLIDADO												
	31.12.2014						31.12.2013					
	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO *	OUTROS (a)	Eliminação Porto *	TOTAL	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO *	OUTROS	Eliminação Porto *	TOTAL
Receita líquida das operações continuadas	83.864	780.008	87.599	-	(87.599)	863.872	72.364	1.121.087	23.905	-	(23.905)	1.193.451
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(70.914)	(685.818)	(37.504)	-	37.504	(756.732)	(63.660)	(1.003.444)	(9.167)	-	9.167	(1.067.104)
Lucro bruto das operações continuadas	12.950	94.190	50.095	-	(50.095)	107.140	8.704	117.643	14.738	-	(14.738)	126.347
Despesas (receitas) operacionais	(10.895)	(80.844)	(15.792)	3.683	15.792	(88.056)	(5.303)	(59.658)	(26.359)	943	26.359	(64.018)
Resultado antes do resultado financeiro das operações continuadas	2.055	13.346	34.303	3.683	(34.303)	19.084	3.401	57.985	(11.621)	943	11.621	62.329
Resultado financeiro	(961)	(49.815)	(26.538)	(120)	26.538	(50.896)	(863)	(52.769)	(6.281)	(155)	6.281	(53.787)
Lucro antes dos efeitos tributários das operações continuadas	1.094	(36.469)	7.765	3.563	(7.765)	(31.812)	2.538	5.216	(17.902)	788	17.902	8.542
Imposto de renda e contribuição social	7.848	(8.397)	(3.311)	305	3.311	(244)	544	30.118	5.653	(34)	(5.653)	30.628
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	8.942	(44.866)	4.454	3.868	(4.454)	(32.056)	3.082	35.334	(12.249)	754	12.249	39.170
1) Conciliação das receitas dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:												
Total de receitas para segmentos reportáveis para operações continuadas						863.872						
Receita líquida da entidade de operações continuadas						863.872						
2) Conciliação dos lucros (prejuízos) dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:												
Total do lucro (prejuízo) para segmentos reportáveis para operações continuadas						(32.056)						
Resultado de equivalência patrimonial Porto						4.454						
Lucro (prejuízo) do exercício						(27.602)						

* - conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento, as atividades realizadas através de empreendimento controlados em conjunto enquadram-se na definição por segmento operacional, tendo em vista que: (i) a empresa gerencia suas operações do empreendimento em conjunto separadamente; e (ii) os critérios para identificação desses segmentos são atendidos. Os saldos representam apenas 42% do total, sendo este o percentual de participação da Companhia no Porto.

(a) Refere-se substancialmente às operações corporativas da controladora, Battistella Administração e Participações S.A.

Receita dos principais produtos e serviços

A receita dos principais produtos já encontram-se abertas no item anterior, pois os segmentos, são segregados e representados pelos principais produtos da Companhia.

25.2 Ativos e Passivos por segmento

ATIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
FLORESTAL	39.530	45.870
VEÍCULOS PESADOS	165.996	251.586
LOGÍSTICA PORTO	262.361	256.907
OUTROS	2.734	2.972
Eliminação Porto	(262.361)	(256.907)
Total do ativo de segmentos divulgáveis	208.260	300.428
Conciliação dos ativos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Eliminação de ativos entre segmentos	59.085	51.578
Total do ativo	267.345	352.006
PASSIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
FLORESTAL	32.455	46.082
VEÍCULOS PESADOS	312.644	371.161
LOGÍSTICA PORTO	200.906	199.906
OUTROS	1.827	19.746
Eliminação Porto	(200.906)	(199.906)
Total do passivo de segmentos divulgáveis	346.926	436.989
Conciliação dos passivos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Eliminação de passivos entre segmentos	(14.771)	(47.775)
Total do passivo	332.155	389.214

25.3 Outras informações dos segmentos

30.3 - Outras Informações dos segmentos

	Consolidado			
	Depreciação		Adições ao Ativo Imobilizado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
FLORESTAL	2.346	3.581	999	446
VEÍCULOS PESADOS	1.610	1.664	3.427	8.027
LOGÍSTICA PORTO	17.268	12.322	10.184	11.375
Eliminação Porto	(17.268)	(12.322)	(10.184)	(11.375)
Total de adições sobre o ativo de segmentos divulgáveis	3.956	5.245	4.426	8.473

25.4 Informações geográficas

Em 31 de dezembro de 2014, todos os ativos dos segmentos reportáveis estão localizados em território brasileiro, sendo que, substancialmente, as vendas foram realizadas no território brasileiro.

25.5 Informações sobre principais clientes

Em nenhum dos segmentos reportáveis há concentração de vendas por clientes, sendo que nenhum desses clientes foi responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 31 de dezembro de 2014.

26 Seguros

Em 31 de dezembro de 2014 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil monta a quantia de R\$ 45.000 (R\$ 45.000 em 31 de dezembro de 2013).

27 Compromissos

A Companhia possui contratos firmados de locações de imóveis comerciais e locações de veículos para os quais tem o compromisso mensal aproximado de R\$ 480.

28 Arrendamentos mercantis operacionais

A Controladora arrenda uma série de imóveis, sob a forma de arrendamento operacional. Esses arrendamentos normalmente duram 10 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada 1 ano, para refletir os aluguéis de mercado. Para todos os arrendamentos operacionais, a Controladora é impedida de entrar em qualquer contrato de sublocação, cessão, transferência ou empréstimo do imóvel a terceiros, sem consentimento prévio do locador. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares. Foi determinado pela administração que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Portanto conclui-se que o arrendamento é caracterizado como operacional.

A companhia ficou isenta de pagamentos do arrendamento durante os dez primeiros meses (até outubro de 2014) para o imóvel da matriz, conforme determinado na cláusula de carência do contrato de arrendamento mercantil.

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Menos de 1 ano	5.760	2.880	5.760	2.880
Entre 1 e 5 anos	23.040	11.520	23.040	11.520
Mais de 5 anos	28.800	14.400	28.800	14.400
Total de arrendamento mercantil	<u>57.600</u>	<u>28.800</u>	<u>57.600</u>	<u>28.800</u>
Valores reconhecidos no resultado	<u>3.961</u>	<u>2.880</u>	<u>3.961</u>	<u>2.880</u>

29 Lucro (prejuízo) por ação

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2014	Média em relação ao total	31.12.2013	Média em relação ao total
DENOMINADOR				
Ações ON - R\$ 1	49.911.902	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	99.765.826	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	149.677.728		149.677.728	
NUMERADOR				
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R\$ 1	(27.602.000)		27.475.000	
Resultado de operações continuadas por ação básico e diluído	(0,1844)		0,1836	

Não há evento diluidor / não há diferença entre o prejuízo básico e prejuízo diluído na Companhia em 31 de dezembro de 2014.

30 Eventos subsequentes

Fato Relevante divulgado em 13 de abril de 2015

Em 13 de abril de 2015, a Companhia divulgou Fato Relevante para comunicar a seus acionistas e aos demais agentes de mercado que em 10 de abril de 2015 firmou uma carta de intenções não vinculante com SCANIA LATIN AMERICA LTDA. (“Scania”), tendo por objeto a eventual alienação, pela Companhia à Scania, de ativos que representam o negócio de veículos pesados da Companhia especificamente no Estado de Santa Catarina (“Operação”).

Estima-se que a Operação seja concluída em até 180 dias contados desta data, sendo que o seu fechamento está sujeito à implementação de determinadas condições precedentes usuais para operações similares, tais como a realização de *due diligence*, negociação e celebração dos contratos definitivos da Operação e a aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras, entre outras aplicáveis. A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer eventos relevantes relacionados à Operação.